

A crítica historiográfica no Brasil nos anos 1990 e o espectro do *linguistic turn*: embates entre “modernos” e “pós-modernos”

Historiographical criticism in Brazil in the 1990s and the specter of the linguistic turn: clashes between “modern” and “postmodern”

Wagner Geminiano dos Santos

<https://orcid.org/0000-0002-5840-9381> 

RESUMO:

Neste artigo, discutimos como a crítica historiográfica, no Brasil, fez da linguistic turn um espectro a assombrar os territórios e fronteiras disciplinares de Clio, ameaçando o ofício dos historiadores profissionais, acadêmicos. Penso isso a partir de um suposto debate ocorrido em 1993, por ocasião dos 20 anos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, entre dois expoentes dos debates que orbitavam a “virada linguística” e suas implicações para o fazer do historiador, Hayden White e Roger Chartier. Os textos de ambos, publicadas em 1994, na edição comemorativa da Revista Estudos Históricos – REH, servirão de modelo para os debates teórico-metodológicos que os historiadores profissionais, acadêmicos, sobretudo aqueles que se arvoravam como críticos historiográficos, iriam estabelecer dali por diante, em especial quando estavam avaliando o “estado da arte” no país. Esse debate reverberou ao longo dos anos 1990 e 2000 nas discussões que opuseram “modernos” e “pós-modernos”, e na configuração da geografia e da memória disciplinar do saber histórico no Brasil.

PALAVRAS CHAVE:

Historiografia; *Linguistic turn*; Crítica historiográfica

ABSTRACT:

This article discusses how historiographical criticism in Brazil has transformed the linguistic turn into a specter to haunt Clio’s disciplinary territories and boundaries, threatening the craft of professional academic historians. This is thought based on a debate occurred in 1993, held on the celebration of the 20th birthday of the Getúlio Vargas Foundation’s CPDOC, between Hayden White and Roger Chartier, two important debaters on the subject of linguistic turn and its implications for the historian’s work. The texts of both historians, published in 1994, in a commemorative edition of Revista Estudos Históricos - REH, were a model for the theoretical-methodological debates that were carried out from then on by professional historians, scholars and mainly by those who criticized historiography, giving support, in special, to the evaluation of “the state of the art” in the country. This debate reverberated over the 90’s and 2000’s in the discussions that opposed “modern” and “postmodern” and on the configuration of geography and disciplinary memory of historical knowledge in Brazil.

KEYWORDS:

Historiography; Linguistic turn; Historiographical criticism

Em 2012 publicamos na Revista de Teoria da História da Universidade Federal de Goiás – UFG um artigo no qual procurávamos discutir as apropriações e usos das noções de “moderno” e “pós-moderno” pela comunidade de historiadores brasileiros após os anos 1980, com o título: “A invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalha para modernos e pós-modernos”. (SANTOS, 2012). O texto em questão era resultado das primeiras leituras e pesquisas que desdobrariam no projeto que deu origem a nossa tese de doutorado. (SANTOS, 2018) Nele buscávamos discutir como os historiadores brasileiros dedicados a pensar o seu fazer e problematizar os direcionamentos da pesquisa e da produção historiadora no Brasil, pós década de 1980, haviam tomando as noções de “moderno” e “pós-moderno” como dois grandes guarda-chuvas conceituais, que abrigavam algumas ou quase todas as discussões que afligiam grande parte da comunidade historiadora no país, daquele período em diante. Naquelas duas noções cabiam desde discussões acerca da cientificidade da história, passando pelo estatuto do documento até o papel da narrativa na conformação do discurso historiador. A crítica historiográfica usou essas duas noções para avaliar e dimensionar a produção historiadora no Brasil e definir-lhe o seu lugar, o seu estatuto. No texto em questão, afirmávamos o seguinte a esse respeito:

Do ponto de vista da história da história este texto procura pensar não só ao nível conceitual ou teórico, mas também a própria historicidade da produção da crítica historiográfica nacional, o que pouco tem sido feito pelos historiadores brasileiros que se dedicam ao estudo desta área do conhecimento histórico. Sobretudo, se nos referirmos apenas à produção elaborada pós década de 80 e, em especial, se atentarmos para uma dimensão que na maioria das vezes aparece como evidente ou natural nas discussões estabelecidas pela crítica historiográfica brasileira; a elaboração dos termos: moderno e pós-modernos como lugares de demarcação do *metier* do historiador no Brasil. (SANTOS 2012, p. 130)

Naquela oportunidade, procurávamos estabelecer um diálogo com esta crítica produzida, sobretudo, ao longo dos anos 1980 e 1990. Especialmente com os historiadores Ciro Flamarion Cardoso, Francisco Falcon, Durval Muniz de Albuquerque Jr., Astor A. Diehl, Margareth Rago, Jurandir Malerba (CARDOSO 2005; 1997; 1988) (ALBUQUERQUE JR. 2009; 2007; 1990) (DIEHL 1999; 1993a; 1993b) (FALCON 2011; 1994) (MALERBA 2006a; 2006b; 2003; 2002) (MALERBA e CARDOSO 2000) (RAGO 2000a; 2000b; 1999; 1995; 1993a; 1993b) etc. e neles identificava uma naturalização dessa discussão, pensada ainda a partir de uma disputa de metanarrativas, nomeadas por Ciro Cardoso como um enfrentamento entre “paradigmas rivais e irreconciliáveis”. Esse debate procurava repercutir e atualizar no Brasil, muitas vezes de forma caricatural e descontextualizada, uma discussão posta internacionalmente, sobretudo na Europa e nos EUA, desde pelo menos os anos 1970. Tal discussão chega ao país, de forma mais destacada, e, em especial, entre os historiadores, apenas na década de 1990 e vai ser apropriada e usada noutro registro e atendendo ao campo de possibilidades das disputas políticas e institucionais que se desdobravam no “território dos historiadores brasileiros”. É nesse contexto, (FICO e POLITO 1992) (RAMOS 2014) (CEZAR 2015) (FRANZINI 2017) e como produto do evento de comemoração dos 20 anos do CPDOC, que a FGV traz ao Brasil dois dos principais expoentes internacionais deste debate. Não por coincidência dois intelectuais que travavam um debate bem duro quanto ao papel da narrativa na configuração do conhecimento histórico: Hayden White, de um lado; e Roger Chartier, do outro. As conferências proferidas por ambos durante o evento do CPDOC vão ser publicadas na edição comemorativa da REH, Revista Estudos Históricos, no seu número 13, de 1994, sob a editoria de Angela de Castro Gomes, a mais longeva editora da revista, Hugo Lovisolol¹ e Marieta de Moraes Ferreira, historiadora que também ficou durante um bom tempo na editoria da REH.

1 - Hugo Rodolfo Lovisolol é graduado em Sociologia pela Universidad de Buenos Ayres, com mestrado e doutorado em Antropologia Social pela UFRJ, ambos sob orientação de Otavio Alves Velho.

1 – Os historiadores de ofício *versus* “o crítico literário”: O “diálogo” Chartier e White nas páginas da Revista Estudos Históricos – REH.

De início, chama atenção a disposição dos textos na Revista. O primeiro texto a ser apresentado é o de Hayden White e, em seguida, o de Roger Chartier. Embora possa sugerir, a princípio, uma maior importância de White e de seu texto, por virem primeiro, ou tão somente indicar a ordem cronológica das conferências quando ministradas,² me parece que há outra motivação mais estratégica para essa disposição. Colocar os autores em um suposto diálogo, mas com a prerrogativa de que quem teria a última palavra sobre as questões discutidas seria o único suposto historiador de formação, Roger Chartier. Coube a ele encerrar o debate, ao menos nas páginas daquele volume da revista, e não ao crítico literário, lugar de sujeito sempre atribuído a White, no Brasil; silenciando o fato de que ele também é historiador de formação (CEZAR 2015) (ARAÚJO *apud* MALERBA 2016). Tal estratégia será retomada em várias outras revistas e coletâneas de textos que, dali por diante, buscarão discutir o fazer dos historiadores no país. Aquele a quem se quer rebater os argumentos tem sempre seu texto disposto por primeiro, para que àqueles que vem em seguida possam ou negá-lo ou rebatê-lo, sem que outro texto seu ou de alguém que concorde com ele possa fazer uma tréplica. Dessa forma, monta-se um falso debate, uma vez que as posições com as quais não se concorda tem quase sempre o seu direito de fala negado ou interdito por um debate de mão única, que reafirma ou corrobora, na maioria das vezes, as posições em contrário, na fala e nos textos de todos aqueles que se pronunciam depois. Ao mesmo tempo em que se quer passar uma ideia de pluralidade de abordagens, à medida que com quem não se concorda também comparece na revista ou na coletânea (MALERBA 2006) (MALERBA e CARDOSO, 2000).³

A conferência/texto de Hayden White, pronunciada primeiro, tinha como título: “Teoria Literária e Escrita da História” e, de acordo com a sua apresentadora, a socióloga

2 - A conferência de Hayden White foi proferida no dia 14 de setembro de 1993 e a de Roger Chartier, dois dias depois, em 16 de setembro do mesmo ano.

3 - Nestas duas coletâneas, onde aquela estratégia é convocada, coincidentemente ou não, tem Hayden White como centro da polêmica.

Helena Bomeny, professora da UERJ e pesquisadora do CPDOC à época, tanto na conferência quanto no texto publicado na REH, estava longe de trazer um sentido “pacificador”, mesmo depois de transcorridos 20 anos da publicação de sua principal obra, *Metahistory* (WHITE, 1992).⁴ Para atizar essa polêmica e dar a dimensão do incômodo que White causava, em especial entre os historiadores profissionais, Bomeny recupera um debate acontecido na revista *History and Theory*, de 1980, no qual vários intelectuais, inclusive historiadores, buscavam rebater e desconstruir os principais argumentos espostos por White. Bomeny recupera a polêmica em torno da relação que White estabelece entre historiadores e filósofos da história e a crítica que o filósofo Maurice Mandelbaun faz a essa aproximação, sobretudo “no que diz respeito à polêmica e permanente questão da atribuição de sentido e da busca de neutralidade que de forma tão nítida, diz o crítico, marca a distinção entre um filósofo da história e um historiador” (GARCHET 1994, p. 22) (ARAÚJO *apud* MALERBA 2016, p. 7). E, para dar mais gás à polêmica e convocar os historiadores ao debate – certamente os historiadores brasileiros presentes à conferência –, Bomeny acrescenta:

Um segundo argumento, estreitamente relacionado ao primeiro, diz respeito à concepção de Hayden White sobre o trabalho do historiador, visto como a expressão final de um ato poético. Uma das tarefas mais convencionalmente atribuídas ao historiador, ou seja, a de descobrir, descrever e explicar o que ocorreu no passado, é desconsiderada por uma tese que supõe a história como ciência e arte, ou que vê a representação e a construção dos próprios fatos como uma interferência indiscutível do narrador, e a escrita histórica como algo vinculado ao trabalho de criação ou de expressão poética. Tudo sem contar a travessura, quem sabe sociológica, de reduzir metodologicamente a alguns personagens a problemática geral de todo um campo de conhecimento. A reação dos críticos não inibiu Hayden White nem foi suficientemente forte a ponto de mudar suas convicções. A polêmica gerada por seu trabalho só estimula e fortalece nossa convicção sobre o privilégio de podermos, nos 20 anos do CPDOC, contar com sua presença no Brasil. Ele é aqui conhecido por um grupo extremamente seleto de intelectuais. Sua conexão mais estreita é com os críticos literários e um grupo minoritário

4 - A primeira edição de *Metahistory* é do ano de 1973, publicada pela editora Universidade John Hopkins. Já a primeira tradução para o português data de 1992, publicada pela EDUSP.

de historiadores preocupados com os desafios postos por sua reflexão para o refinamento do campo da teoria historiográfica. (GARCHET 1994, p. 22)

Ao estimular esse tipo de polêmica e colocá-la como elemento central em sua apresentação do conferencista, Bomeny indica um dado tipo de recepção para o trabalho de White no Brasil. Ele estava marcado pela polêmica com os historiadores. E isso, naquele período da produção historiadora no país, apontava para a produção de mais polêmica ainda, dado o caráter de configuração da geografia disciplinar da história profissional, acadêmica no Brasil (FICO e POLITO, 1992) (RAMOS 2014) (OHARA 2017) (SANTOS 2018). Isso esclarece ainda mais as motivações de ele ter sido alocado como primeiro conferencista e ter o seu texto como o primeiro na revista, com a fala e o texto de Roger Chartier logo em seguida. Este não era um debate novo, no plano internacional, mas ele chega ao Brasil com ares de novidade. Como disse a própria Bomeny, o livro *Metahistória* havia acabado de completar 20 anos de publicação. A questão colocada por White provocava diretamente os historiadores brasileiros em um momento que eles disputavam a afirmação de seu modo de escrever a história, a partir e dentro de determinados lugares de produção que ainda buscavam afirmar a história como uma prática científica, notadamente nas pós-graduações (OHARA 2017) (RAMOS 2014) (SANTOS 2018). Esta provocação vai ser vista como uma grave ameaça a esse lugar e aos historiadores que procuravam definir as fronteiras disciplinares da história no país.

A tese central de White de que, sob o ponto de vista da escrita historiadora, não haveria uma diferença fundamental em relação aos *tropos* linguísticos esposados pelos literatos, vai deixar parte dos historiadores brasileiros em polvorosa, em especial aqueles que diziam falar em nome da ciência, da racionalidade. White e suas obras aparecem como uma grande ameaça, que se juntaria a outros “cavaleiros bárbaros”, vindos de fora do “território dos historiadores” para profaná-lo e destruir suas fronteiras disciplinares, arduamente construídas

ou ainda em construção, especialmente no Brasil. Nomear White como crítico literário, silenciando sua condição de historiador, é um ato bastante significativo daqueles que irão polemizar com ele, pois, dessa maneira, o acusavam de falar de algo que supostamente não praticava. Buscando, com isso, diminuir a importância de seu discurso para a prática historiadora profissional (CEZAR 2015) (ARAÚJO *apud* MALERBA 2016). Muito embora ele, em nenhum momento de sua obra, tivesse colocado em questão a importância da prática historiadora ou a reduzido à literatura, o que procura deixar bem claro, já no início de seu texto/conferência, ao afirmar que:

Percebo que ao caracterizar o discurso histórico como interpretação e a interpretação histórica como narrativização, estou tomando posição num debate sobre a natureza do conhecimento histórico que compõe “narrativa” e “teoria”, à maneira de uma oposição entre um pensamento que permanece em grande parte “literário” e até mesmo “mítico” e um pensamento que é ou aspira ser científico. Mas é preciso sublinhar que *estamos aqui considerando a questão, não dos métodos de pesquisa que deveriam ser usados para investigar o passado, e sim da **escrita** da história, do tipo de discursos realmente produzidos pelos historiadores no curso da longa carreira da história da disciplina*. E o fato é que a narrativa sempre foi e continua sendo o modo predominante da escrita da história. O principal problema para qualquer teoria da escrita da história, portanto, não é o da possibilidade ou impossibilidade de uma abordagem científica do estudo do passado, mas antes o de explicar a persistência da narrativa na historiografia. Uma teoria do **discurso** histórico tem de tratar da questão da função da narratividade na produção do texto histórico. (WHITE 1994, p. 25) (Grifos nossos).

Mas parece que, mesmo marcando essa posição, de forma bem didática, White não se fez entender como queria entre boa parte da comunidade de historiadores, em especial entre os brasileiros, ou dito de outra maneira, na luta por preservar seus lugares de sujeito e suas identidades, alguns historiadores fizeram pouco esforço para compreender aquilo que, didaticamente, White procurava dizer: que o que estava considerando em suas problematizações não era a

“operação historiográfica”, no sentido de Michel de Certeau, em seus três momentos, mas apenas o discurso histórico, as dimensões literárias, tropológicas “da escrita da história, do tipo de discursos realmente produzidos pelos historiadores”. Há uma reação muito mais corporativa da comunidade de historiadores ao texto e às posições de Hayden White do que um debate franco com elas. Nesse sentido, o texto de Roger Chartier vai trazer uma réplica à fala de White que indicia a má vontade dos historiadores profissionais em estabelecer um debate aberto, teórica ou epistemologicamente orientado, com os pressupostos epistemológicos trazidos pelo historiador norte-americano para pensar a escrita da história. A defesa de um suposto lugar institucional, disciplinar e/ou disciplinado do ofício do historiador prevalece sobre uma abordagem mais dialógica e substantiva. O corporativismo fala mais alto, e a defesa da disciplina supostamente ameaçada é reivindicada pelos arautos da cientificidade, do “princípio de realidade” e da “intencionalidade de verdade” que presidiriam, segundo eles, a produção do conhecimento histórico. Estas seriam as virtudes epistêmicas a serem defendidas e preservadas. Desta forma, a crítica estabelecida por Chartier ao pensamento de White parece atacar justamente aquilo que ele não disse, construindo-o como um espectro⁵, uma fantasmagoria, como um antípoda dos historiadores de ofício. O White de Chartier é um bode-expiatório, é uma caricatura, um espantalho contra o qual parte dos historiadores profissionais vão se debater (CHARTIER 1998) (CHARTIER 2002). Some-se a sua voz a de Carlo Ginzburg, outro historiador que terá enorme repercussão e influência entre os historiadores profissionais acadêmicos no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1990, ecoando uma narrativa bem próxima a de Chartier e defendendo para a prática historiadora praticamente as mesmas virtudes epistêmicas, as de um saber disciplinado e controlado pelo “princípio de realidade” (GINZBURG 2002) (GINZBURG 2007). Vejamos, portanto, como Chartier vai produzindo essa fantasmagoria em seu texto/conferência:

5 - Devo o uso que faço desse termo à leitura do texto “Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980)” de Temístocles Cezar (2015), publicado no nº 17 desta revista.

Existe ainda outro desafio que não é menos temível. A partir da afirmação, absolutamente fundamentada, de que toda história, qualquer que seja ela, é sempre uma narrativa organizada com base em figuras e fórmulas que as narrações imaginárias mobilizam, alguns concluíram pela anulação de qualquer distinção possível entre ficção e história, já que esta é, e não passa de uma "*fiction-making operation*", segundo a expressão de Hayden White. A história não traz mais (nem menos) um conhecimento verdadeiro do real do que o faz o romance, é absolutamente ilusório querer classificar e hierarquizar as obras dos historiadores em função de critérios epistemológicos indicando sua maior ou menor pertinência para dar conta da realidade passada que é seu objeto. (CHARTIER 1994, p. 109-110)

A leitura que Chartier faz da posição de White vai num sentido totalmente diverso daquele esposado pelo historiador norte-americano na passagem anteriormente referida. Parece que o arquivo a partir do qual o historiador da terceira geração dos *Annales* estava habituado a trabalhar, falar e escrever não permitia nuançar o posicionamento daquele. Ou, se permitia, era pelo filtro de um espelho distorcido que produzia um White caricato, fantasmagórico. Mesmo alegando que Certeau é uma de suas influências intelectuais, o modo como Chartier se apropria de sua leitura, a partir do espelho corporativo dos historiadores, e, em grande medida, o contrapõe a White, demonstra uma leitura bastante idiossincrática da produção de ambos, procurando reafirmar o caráter disciplinar da história, ao reinseri-la no quadro mais geral das ciências sociais; bem como ao se colocar a partir de seus trabalhos como um modelo de historiador em defesa deste lugar e dos instrumentos científicos de controle da "operação historiográfica" que, mesmo pensando a linguagem e os textos, não havia cedido às tentações de pôr fim a fronteira entre história e ficção, como supostamente havia feito White. Quero argumentar que Chartier e White trabalham com dois conceitos distintos de história, e é isto que parece gerar esta confusão ou os equívocos de leitura produzidos pelo historiador francês, ao não considerar o modo distinto de como pensa e entende o conceito de história,

em especial em relação ao de White. Vejamos primeiro qual o conceito de história esposado por White no texto publicado na REH:

A "história" que é o tema de todo esse aprendizado só é acessível por meio da linguagem; que nossa experiência da história é indissociável de nosso discurso sobre ela; que esse discurso tem que ser escrito antes de poder ser digerido como "história"; e que essa experiência, por conseguinte, pode ser tão vária (sic) quanto os diferentes tipos de discurso com que nos deparamos na própria história da escrita. Dentro dessa visão, a "história" é não apenas um objeto que podemos estudar e nosso estudo desse objeto, mas também, e até mesmo antes de tudo, um certo tipo de relação com "o passado" mediada por um tipo distinto de discurso escrito. É porque o discurso histórico é atualizado em sua forma culturalmente significativa como um tipo específico de escrita que podemos considerar a importância da teoria literária tanto para a teoria como para a prática da historiografia. (WHITE 1994, p. 23)

Parece claro que White trabalha com uma concepção de história pensada tão somente a partir do momento de sua colocação em escrita, ou seja, pensar em história só faz sentido em articulação ao discurso histórico que fala sobre ela, à medida que esse tem de ser primeiro escrito para depois ser lido e dito como histórico. Contudo, para White, isso não exclui os momentos anteriores da pesquisa historiadora e muito menos desarticulária a escrita historiadora de seu lugar social ou dos elementos extradiscursivos que lhe tornam possível. Menos ainda deixaria de ser um discurso com pretensões de representar ou de dizer o "real", mas afirmar que a história só se faz na escrita significava dizer que os historiadores necessitam usar "as mesmas estratégias da figuração linguística utilizadas por escritores imaginativos", uma vez que o tipo de discurso que produzem é, predominantemente, vazado em modo narrativo. Dessa forma, para White, no nível do discurso histórico, a teoria da história deveria se valer dos mesmos mecanismos de análise da moderna teoria literária, para poder interpretar a escrita da história, uma vez que tanto historiadores quanto literatos

lidavam, no nível formal, com os mesmos *tropos* linguísticos em suas estratégias de narrativização ou enredamento. Contudo, isso não reduz o discurso histórico ao discurso literário, uma vez que seus processos de significação cultural passam por modulações diversas e cobrariam deles a produção de sentidos diferentes. Ao estabelecer um diálogo com Roland Barthes e Paul Ricoeur, referidos nas notas de rodapé desse texto/conferência publicado na REH, White vai responder a estas questões da seguinte maneira:

Nada disso implica que não devamos distinguir a atividade da pesquisa histórica (o estudo pelo historiador de um arquivo contendo informações sobre o passado) da atividade da escrita histórica (a composição pelo historiador de um discurso e sua tradução numa forma escrita). Na fase de pesquisa do seu trabalho, os historiadores estão empenhados em descobrir a verdade sobre o passado e em recuperar informações esquecidas, ou suprimidas, ou obscurecidas, e, é claro, extrair delas todo o sentido que puderem. Mas entre essa fase de pesquisa, que na verdade não se pode distinguir da atividade de um jornalista ou um detetive, e a conclusão de uma história escrita, é preciso realizar várias operações transformadoras importantes, nas quais o aspecto figurativo do pensamento do historiador é mais intensificado do que diminuído. (WHITE 1994, p. 29)

Se há um diálogo direto com Barthes e Ricoeur, a passagem anterior parece estabelecer também uma discussão indireta com Michel de Certeau e seu livro *A escrita da História*, ou vice e versa, numa apropriação bem menos idiossincrática que aquela que Chartier faz dos dois, para construir sua noção de história. Sigamos o suposto debate ou diálogo estabelecido entre White e Chartier, nas páginas da REH, para observar como o historiador francês responde a essa questão, a partir da formulação de um conceito de história como um saber disciplinar e o historiador como um sujeito disciplinado, que teria como objetivo produzir um conhecimento rigoroso, controlado e verdadeiro sobre o passado, pois só assim seria capaz de impor limites claros aos falsários, que poderiam se valer da suposta dissolução das fronteiras entre história e

ficção para produzir narrativas moralmente perigosas. Vejamos como ele alude a essa questão e pensa a história:

Contra uma tal abordagem ou um tal *shift*, é preciso lembrar que a ambição de conhecimento é constitutiva da própria intencionalidade histórica. Ela funda as operações específicas da disciplina: construção e tratamento dos dados, produção de hipóteses, crítica e verificação de resultados, validação da adequação entre o discurso do conhecimento e seu objeto. Mesmo que escreva de uma forma “literária”, o historiador não faz literatura, e isto pelo fato de sua dupla dependência. Dependência em relação ao arquivo, portanto em relação ao passado do qual ele é vestígio. Dependência, continuando, em relação aos critérios de cientificidade e às operações técnicas que são às do seu “ofício”. (CHARTIER 1994, p.110)

Como visto nesse trecho, o texto ou o pensamento de White, que ele busca resumir no texto/conferência publicado na REH, em nenhum momento diverge do que é afirmado por Chartier. Aliás, que a prática historiadora atenda a critérios de cientificidade, que seja regulada por operações específicas da disciplina, que trabalhe com hipóteses, que tenha uma dupla dependência, em relação a estes critérios e ao arquivo, esses pressupostos parecem nunca ter sido um problema para White; pelo contrário, é ponto pacífico também para ele, ao menos neste texto em questão. Seu problema, como já apontado, é outro, mas que Chartier não reconhece, pois finaliza seu texto/conferência evocando mais uma vez uma caricatura de White, a qual julga combater com o auxílio de outros companheiros de ofício, a exemplo de Carlo Ginzburg, quando afirma que:

Graças a suas técnicas próprias, a disciplina está apta a fazer reconhecer as falsificações como tais, e a denunciar os falsários. É voltando sobre seus desvios e suas perversões que a história demonstra que o conhecimento que ela produz se inscreve na ordem de um conhecimento verificável e controlável, portanto que ela está armada para resistir àquilo que Carlo Ginzburg designou como a “máquina de guerra ceptica” que recusa a história toda possibilidade de dizer a realidade que foi e de separar o verdadeiro do falso. (CHARTIER 1994, p. 111)

E continua, convocando mais um suposto aliado contra a “máquina de guerra ceptica”, desta vez Michel de Certeau:

O caminho é, portanto, forçosamente estreito para quem pretende recusar, ao mesmo tempo, a redução da história a uma atividade literária de simples curiosidade, livre e aleatória, e a definição de sua cientificidade a partir unicamente do modelo do conhecimento do mundo físico. Em um texto ao qual sempre é preciso voltar, Michel de Certeau formulou esta tensão fundamental da história. Ela é uma prática “científica”, produtora de conhecimentos, mas uma prática cujas modalidades dependem da variação de seus procedimentos técnicos, dos constrangimentos que lhe impõem o lugar social e instituição de saber onde ela é exercida, ou ainda das regras que necessariamente comandam sua escrita. O que também pode ser dito de maneira inversa: a história é um discurso que aciona construções, composições e figuras que são as mesmas da narrativa, portanto da ficção, mas é um discurso que ao mesmo tempo, produz um corpo de enunciados “científicos”, se entendermos por isso “a possibilidade de estabelecer um conjunto de *regras* que permitem ‘controlar’ operações proporcionais a *produção* de objetos determinados”. (CHARTIER 1994, p. 112)

Fica evidente que Roger Chartier evoca Calo Ginzburg e, sobretudo, Michel de Certeau para se contrapor, corporativamente, contra o “crítico literário” norte-americano e seus pressupostos que, supostamente, procuravam reduzir a história “a uma atividade de simples curiosidade”, não referenciada a qualquer “realidade extradiscursiva”, tomada apenas como discurso referido à linguagem, ao texto e a nada mais. White já havia apontado para respostas a essas possíveis objeções, da seguinte maneira, em seu texto/conferência:

a tropologia não nega a existência de entidades extra-discursivas ou nossa capacidade de nos referirmos a elas ou representá-las na fala. Ela não sugere que ‘tudo’ é linguagem, fala, discurso ou texto, mas apenas que a referencialidade e a representação linguística são assuntos muito mais complicados do que as antigas noções literalistas da linguagem e do discurso entendiam. (WHITE 1994, p. 36-37)

[...]

...essas objeções parecerão mais ou menos constrangedoras conforme o grau de confiança que se tenha nas distinções convencionais entre fala literal e figurativa, discurso referencial e não-referencial, prosa factual e ficcional, o conteúdo e a forma de um dado tipo de discurso, e assim por diante... Deve ser assinalado, contudo, que as teorias tropológicas do discurso não exatamente dissolvem essas distinções, e sim as reconceitualizam. Enquanto a teoria crítica tradicional vê as dimensões literal e figurativa, ficcional e factual, referencial e intencional da linguagem como alternativas opostas, e mesmo mutuamente excludentes, de todo discurso *sério*, a moderna teoria da linguagem e da literatura tende a vê-las como os polos de um contínuo linguístico entre os quais a fala deve se mover na articulação de todo e qualquer discurso, seja ele sério ou frívolo. Na medida em que esse movimento dentro do discurso é ele mesmo por natureza tropológico, precisamos de uma teoria tropológica para guiar sua análise. (WHITE 1994, p. 36)

Apesar de Chartier considerar que a história também é “um discurso que aciona construções, composições e figuras que são as mesmas da narrativa” ele seria referido ou controlado por regras e protocolos de cientificidade que lhe garantiam a produção de enunciados científicos. A princípio, o argumento esposado por Chartier é correto; contudo, ele não se aplica ao texto de White e às teses que ele defende na conferência proferida na comemoração dos 20 anos do CPDOC e publicada na REH em 1994. Nesse texto, ele procura deixar bem claro, já antevendo ou até mesmo antecipando as críticas caricatas de que seu texto e sua fala poderiam ser ou eram alvo, que:

A teoria tropológica implica que não devemos confundir “fatos” com “eventos”. Os eventos acontecem, os fatos são constituídos pela descrição linguística. O modo da linguagem usado para construir os fatos pode ser formalizado e governado por regras, como nos discursos científicos e tradicionais; pode ser relativamente livre, como todo discurso literário “modernista”; ou pode ser uma combinação de práticas discursivas formalizadas e livres...E desde que a historiografia em geral tendeu e ainda tende a permanecer uma combinação de práticas discursivas governadas

por regras com práticas livres, a tropologia tem especial relevância para o esforço de compreendê-la. (WHITE 1994, p. 37)

Como é possível observar, há uma diferença entre o Hayden White e o pensamento enunciado em seu texto/conferência e o White percebido e imaginado por Chartier. Esse é uma caricatura, é um White fantasmático produzido para pôr medo e infligir preocupação aos historiadores de ofício. É um espantalho construído como imagem oposta aos historiadores de ofício e à historiografia como prática científica tal qual a entende o historiador francês, ou seja, uma prática disciplinada, controlada, portanto, e produzida por um historiador de ofício, versado nos protocolos de cientificidade que constroem e possibilitam a produção de enunciados científicos e de um saber verdadeiro sobre aquilo que foi. Regulados por um princípio de verdade, os historiadores não cederiam às falsificações e aos falsários, ou, como vai dizer Chartier, em conclusão ao seu texto:

É certo que o historiador tem por tarefa oferecer um conhecimento apropriado, controlado sobre a “população de mortos – personagens, mentalidades, preços” que são seu objeto. Abandonar essa intenção de verdade, talvez desmesurada mas certamente fundadora, seria deixar o campo livre a todas as falsificações, a todas as falsidades que, por traírem o conhecimento, ferem a memória. No exercício de seu ofício cabe aos historiadores serem vigilantes. (CHARTIER 1994, p. 11-112)

A proposta esposada por Chartier tem um caráter notadamente normativo e disciplinar. A sua história tem de ser um saber apropriado – faltou apenas ele estabelecer quem diz, dentro da comunidade de historiadores, o que é esse “apropriado” –, verdadeiro, avesso a falsificações e falsidades. Nesse sentido, ele finaliza seu texto cobrando dos historiadores muito mais o esposamento de valores ou virtudes morais que de virtudes epistêmicas. A história e os historiadores deveriam, ao mesmo tempo, estar atrelados a um dever de verdade e a um dever de memória. O argumento moral se sobrepõe ao pressuposto epistemológico que orientou toda a sua discussão com o seu White.

No fim e ao cabo, o Hayden White de Chartier se apresentava muito mais como um perigo moral para a história e os historiadores do que como um problema de ordem epistemológica.

2 – A identidade do historiador profissional em risco? A multiplicação dos espectros.

Fiz questão de recuperar, de forma pormenorizada, esse debate trazido pela REH, para poder situar duas questões centrais na configuração da geografia disciplinar daquilo que estava sendo nomeado, com a contribuição da crítica historiográfica, como a historiografia brasileira profissional, acadêmica ao longo dos anos 1990: o primeiro ponto é como determinados debates ocorridos noutros países, entre tradições de pensamentos distintas, vão ser apropriados e usados pelos historiadores brasileiros do período. O segundo ponto diz respeito ao caráter modelar do debate ora exposto para a configuração das leituras que se farão e dos maniqueísmos que nortearão as avaliações e os balanços historiográficos, no Brasil, dali por diante. Posso dizer que, para a imensa maioria dos historiadores brasileiros que irão se dedicar a esse tipo de trabalho, ao longo dos anos 1990 e até meados dos anos 2000, o modelo vencedor vai ser o apresentado por Chartier. É o historiador de ofício em combate contra a fantasmagoria representada pelo “pós-modernismo”, pelo “*linguistic turn*”, pelo “narrativismo”, pelo “giro linguístico”, pelo “irracionalismo”, pelo “nominalismo”, pelo “ceticismo” (CHARTIER 2002) (GINZBURG 2002, 2007) ...os adjetivos e as noções muito pouco precisas, dessubstancializadas, fantasmáticas passam a assombrar, por todos os lugares, o território dos historiadores. Era preciso que eles ficassem vigilantes quanto ao seu ofício, alertava Roger Chartier ao historiador disciplinado.

Em relação ao primeiro ponto, é emblemática a discussão que se estabelece entre “modernos” e “pós-modernos”, uma versão renovada da disputa dos anos 1980, entre a “velha guarda marxista” e a “nova história” (FICO; POLITO 1992) (RAMOS 2014) (SANTOS 2018). Como apontava Francisco

Falcon, no texto “Identidades do Historiador”, essa disputa observada de um nível mais profundo, que segundo ele seria o epistemológico, se resumiria num renhido debate entre aqueles que acreditam num princípio de realidade como orientador do discurso histórico e aqueles outros que não observariam diferença alguma entre a narrativa historiográfica e a literária, tomando uma pela outra, à medida que não haveria uma relação de hierarquia entre uma narrativa sobre o passado e a outra (FALCON 1996). Sem sombra de dúvidas, a leitura de Falcon está matizada pelo modelo estabelecido por Chartier, a quem vai usar, no seu texto, como um dos exemplos de identidade de historiador em vigor no plano internacional. A leitura que Falcon faz do *linguistic turn* segue os mesmos princípios argumentativos de Chartier, está vazada na mesma tópica. Aliás, Falcon esteve presente no evento de comemoração dos 20 anos do CPDOC, certamente deve ter acompanhado os debates e assistido a ambas as palestras, e sua percepção daquilo que ele chama de crise da história ou da identidade do historiador é praticamente a mesma de Chartier. Vejamos:

É bastante curioso perceber, no entanto, que a multiplicidade de abordagens, métodos e objetos e a variedade de perspectivas teóricas simplifica-se bastante quando passamos às bases epistemológicas e ontológicas de nossa oficina. Realmente, nesse nível mais profundo, reina ainda, surpreendentemente, quem sabe, a aceitação quase consensual do *realismo histórico*. Foi exatamente isso que procurei demonstrar através dos exemplos de Elton e Chartier. Tal *realismo* significa: a História é real e, portanto, a história-disciplina é, ou continua a ser, uma tentativa sempre renovada de *conhecer* de alguma forma – explicando, compreendendo, interpretando – aquela História, o *passado*. Daí o fato de que as divergências ou diferenças realmente existentes no nível epistemológico raramente questionem ou ponham em dúvida a premissa mais geral – o historiador produz um conhecimento e o expõe através de um discurso próprio cujo referente se situa na própria realidade histórica (FALCON 1996, p. 25-26)

Os argumentos de Falcon são, portanto, muito próximos àqueles esposados por Chartier, o que demonstra, dentre outras coisas, como o debate organizado em torno do CPDOC e da REH produziu efeitos entre os historiadores brasileiros e

foi recuperado segundo um certo *topos* narrativo, nos anos seguintes, e reverberado para outras audiências, à medida que o texto de Falcon foi apresentado como conferência numa mesa por ocasião do XVIII Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em Recife – PE, no ano de 1995. Se a retórica da crise está presente no texto de Falcon, é também como parte desse debate mais amplo do qual White e Chartier são avatares, e que o modelo de avaliação historiográfica delineado por esse aparece como uma estratégia de defesa corporativa do ofício do historiador profissional acadêmico.

Ao afirmar que, apesar da aparente fragmentação do campo e das identidades dos historiadores, num nível epistemológico e ontológico permanecia praticamente consensual que a história se referia ao real e que o seu referente último é a realidade histórica, Falcon assumia esse lugar de defesa do território do historiador profissional acadêmico disciplinado. Um defensor do princípio de realidade, “de um *realismo historiográfico* o qual, apesar de subdividido em várias vertentes, tinha sempre como verdade indiscutível o papel necessário e insubstituível das *fontes documentais como ponte necessária* entre o texto histórico e o seu referente na ordem da realidade histórica. Enquanto *evidências* de algo que elas apenas representavam, restos ou fragmentos sobreviventes, as fontes constituíam o território comum aos mais variados tipos de historiadores” (FALCON 1996, p. 17). Ele colocava-se assim como mais um defensor dos territórios de Clio, falando do alto da torre de combate epistemológica, lançando flechas, dardos em direção à ameaça bárbara vinda supostamente de fora das fronteiras da história e da oficina dos historiadores. Esse tom belicoso vai ser descrito da seguinte maneira, na conclusão de seu artigo. A citação é um pouco longa, mas vale a pena acompanhá-la com atenção:

Nos últimos dez anos tanto a disciplina como o próprio ofício vêm sendo brindados com o interesse de filósofos, linguistas, teóricos da literatura, psicólogos etc., os quais, literalmente, bombardearam a oficina. De início o alvo mais visado foi a História, sua realidade como processo racional, teleológico etc. No intuito de eliminar a História, atacou-se de fato sua

concepção *iluminista*, de essência predominantemente hegeliana. Proclamou-se, então, com euforia, o *Fim da História*. Liquidada a realidade da História, vieram os linguistas a afirmar a autonomia da linguagem e a conseqüente incapacidade nata de todo historiador de compreender que, ao fim e ao cabo, a história por ele produzida/escrita não passa de um texto como outro qualquer, e como tal, apenas remete a outros textos, nada mais. Quase ao mesmo tempo, surgiram os especialistas literários, os quais, extraíndo todas as conseqüências dos *achados* linguísticos, sublinharam a natureza narrativa e por conseqüência *literária* do discurso histórico, demonstrando inclusive que este caráter *histórico* é fruto de artifícios retóricos, de jogos de linguagem, artimanhas estilísticas, tudo enfim concorrendo para permitir ao historiador produzir ou criar, no seu próprio discurso, a ilusão ou *efeito de realidade* que serve de esteio à sua *pretensão* de ser um discurso *verdadeiro*, ou seja, distinto do ficcional, uma vez que remete a uma realidade extra-discursiva que constitui o seu referente. Tais concepções tendem a fazer da história-disciplina apenas mais um capítulo da história da literatura, daí as reações incisivas de...Chartier já mencionadas. (FALCON 1996, p. 26)

Falcon aponta para um incômodo fundamental, qual seja: é aceitável que os historiadores façam da sua oficina um caos, que disputem, debatam, discutam, briguem por espaço dentro de seu território, mas parecia ser intolerável que esses ataques viessem de fora, de outros saberes, de outras disciplinas e profissionais que se arvoravam não só em dizer o que era a história, mas, também, questionar e atacar os fundamentos deste saber. A epistemologização das discussões, por parte dos historiadores, é também uma reação a esse movimento. Não é apenas uma tomada de consciência autoreflexiva, mas um movimento reativo que buscava dizer: nós, historiadores profissionais, também podemos nos pensar, também somos capazes de fundamentar teórica e epistemologicamente aquilo que fazemos e o produto de nossa oficina, a escrita da história.

O vocabulário de guerra utilizado por Falcon – bombardearam, alvo, eliminar, atacar, reação – dará o tom belicoso com o qual os historiadores de ofício enfrentarão este debate e se posicionarão, sobretudo, contra aqueles que julgavam atacá-los de fora da oficina. Nomear Hayden White

de crítico literário ou de um representante do *linguistic turn* implicava, nesse sentido, numa estratégia narrativa para subsumi-lo ou reduzi-lo a um grupo de inimigos comuns e lhes retirar as peculiaridades epistemológicas de suas posições, que, como vimos em relação a White, eram muito pouco divergentes das esposadas por Chartier quanto ao caráter científico da história – o que possivelmente derive do fato de ele ser historiador de formação, algo que é silenciado pelos seus críticos e contendores, tidos como historiadores de ofício; é possível que isso se explique também pelo fato de que seria muito mais incômodo reconhecer-se sendo atacado por alguém de dentro da oficina, alguém que não lutava por posições dentro dela, mas por derrubá-las –, e, portanto, estereotipá-los, combatendo assim um inimigo caricato que serve, ao mesmo tempo, para garantir posições de poder dentro da oficina, em especial para aqueles que se julgam a tropa de elite de combate aos reducionismos linguísticos, oriundos das posturas “narrativistas” e “céticas”, a exemplo de Chartier, Ginzburg, Falcon, Cardoso e outros, como também para definir, validar e normatizar as regras do ofício e da produção da escrita da história em um dado momento, ao buscar dizer quais são os protocolos, os procedimentos, as regras que a fazem um discurso verdadeiro e ancorado no “realismo historiográfico”, um “saber apropriado” ou “adequado”, portanto, como queria o historiador francês. A crítica historiográfica como epistemologia da história será, daí por diante, sobretudo no Brasil, uma máquina de guerra muito poderosa para se definir o que é a historiografia brasileira profissional, acadêmica e configurar tanto sua geografia disciplinar quanto estabelecer a memória que lhe será correlata (RAMOS 2014) (SANTOS 2018).

Portanto, o incômodo e a guerra a ser travada era ainda mais dura no Brasil, uma vez que tais discussões que pensam e questionam o caráter disciplinar da história, que problematizam a forma da escrita historiadora chegam ao país justo no momento em que os historiadores e a disciplina buscam se institucionalizar, se profissionalizar, sobretudo a partir da pós-graduação, fundada para ser a principal oficina para os historiadores, a

sua instituição de saber, de onde a história deveria ser pensada prioritariamente como um prática científica (FICO; POLITO 1992) (RAMOS 2014) (OHARA 2017) (SANTOS 2018). Isso fica claro quando Falcon afirma que tais discussões haviam surgido há apenas dez anos – naquele momento isso significava falar de meados da década de 1980 –, e assim se referia muito mais ao cenário brasileiro do que a qualquer outro, por mais que os exemplos ou a maioria dos autores que use para dialogar sejam estrangeiros. Sua fala também mistura, num mesmo recorte, discussões que temporalmente emergiram em períodos e lugares distintos. Por exemplo, as discussões no campo da linguística que interpelam o discurso historiador emergem muito antes dos anos 1950, ainda com o estruturalismo de Saussure. É certo que se acentuam com as problematizações trazidas pelos ditos “pós-estruturalistas”, pelos filósofos da linguagem, etc. Isso se aplica também à teoria literária e ao próprio Hayden White, que havia publicado seu *Meta-história* ainda na década de 1970.

As “novas” oficinas de Clio – as pós-graduações – e seus trabalhadores – os historiadores profissionais acadêmicos – ganham uma centralidade ainda maior nos anos 1990. É nesse momento que o rigor das regras, dos procedimentos, das técnicas, o aval dos pares é o que passa a garantir falar em nome do real ou representar o passado. Os documentos, as técnicas de cotejamento, a erudição, o grupo: são esses mecanismos que, daquele momento em diante, se impõem como valor de prova, que conferem realidade, legitimidade, credibilidade, verdade e autoridade ao discurso do historiador profissional, ou seja, esse momento representa o ponto de inversão da seguinte constatação estabelecida por Certeau acerca das regras de produção do saber histórico na década de 1970: “o ‘real’ representado não corresponde ao real que determina sua produção. Ele esconde, por trás da figuração de um passado, o presente que o organiza” (CERTEAU 2011, p. 49).

É neste contexto de inversão, portanto, que Falcon publica o texto “A identidade do Historiador”, na REH, no ano de 1996. Neste período, e daí por diante, para muitos dos historiadores

profissionais acadêmicos brasileiros o presente começava a aparecer como o estrato temporal que organizava a produção historiadora e o que fazia corresponder o real com o passado que se queria representado, e bem menos o inverso desse processo. O aperfeiçoamento dos mecanismos que levariam o historiador a ligar o produto de sua operação – a escrita – às práticas que garantiriam o princípio de realidade que lhe daria não só legibilidade, mas, sobretudo, legitimidade e fiabilidade passaram a se tornar uma marca, uma regra fundamental da produção historiográfica, diria uma lei do meio, para a imensa maioria dos historiadores profissionais, acadêmicos, no Brasil da década de 1990 em diante. Nesse sentido, anuir a outros modos de pensar a escrita da história e o ofício do historiador, sobretudo àqueles produzidos fora de sua oficina, segundo Falcon, poderia:

Do ponto de vista dos efeitos de tais proposições sobre o ofício, tema ainda por investigar mais profundamente, creio que sua mensagem ao historiador é bastante óbvia; não lhe resta outro caminho que não o de assumir de uma vez por todas a *verdadeira* natureza da sua *escrita*, quer dizer, renunciar à pretensão de produzir um discurso *diferente*, e, sobretudo, a idéia de produzir um conhecimento qualquer a respeito de um *real* imaginário que, das duas uma, ou simplesmente não existe, ou, se existe, é capaz de esclarecer acerca de seu autor e de sua época e como tal não deixa de ter lá a sua importância. A história-disciplina transformada em um pseudoconhecimento, pois seu discurso almeja uma impossibilidade, como ficaria nesse caso a identidade do historiador? Provavelmente, quem sabe, uma espécie *literária* de prestidigitador, um profissional muito hábil em criar, ao escrever, *efeitos de realidade* os mais convincentes para seu(s) leitor(es) (FALCON 1996, p. 27)

Em tom irônico, Falcon ajuda a construir o fantasma do qual a(s) identidade(s) do(s) historiador(es) deveria(m) distanciar-se, sobretudo no Brasil. Como muitos de sua geração, Falcon acreditava que a história tinha uma função social e política a cumprir, uma espécie de dever de memória para consigo mesma, como disciplina, um saber controlado e disciplinado, mas também para a sociedade com a qual se ligava. Para

cumprir tal função, cabia aos historiadores reafirmarem a importância disciplinar de seu fazer e, sobretudo, dizer a verdade “sobre aquilo que foi”; tendo como fundamento último o constrangimento do arquivo, das fontes, seus protocolos de utilização e, como horizonte moral e político, o compromisso com a verdade. Assim como Chartier, ele acreditava que essa não era tarefa fácil, pois afirmava ser “difícil possuir alguma certeza em meio a uma época de tantas incertezas”, e, sobretudo, por conta dos supostos espectros do *linguistic turn* que rondavam e ameaçavam penetrar as oficinas de Clio e esboroar suas fronteiras disciplinares.

Essa discussão reverberará e se disseminará, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1990, a partir de dois grandes guarda-chuvas conceituais muito pouco precisos, que são os termos “modernidade/pós-modernidade” e “moderno/pós-moderno”. Em outros termos, emerge, neste momento, para o pensamento da crítica historiográfica brasileira os conceitos de “moderno” e “pós-moderno” e, ao longo daquela década, eles vão sendo transformados em ferramentas de avaliação e dimensionamento da produção do saber histórico no país, assim como de nomeação da identidade dos historiadores profissionais, acadêmicos (SANTOS 2012). Constituídos também como lugares de observação e validação desta produção. Lugares que, para alguns críticos, foram erigidos não só como antagônicos, mas, acima de tudo, como incomunicáveis e irreconciliáveis (CARDOSO 2005; 1997.).

É nesse sentido que o debate travado por boa parte da crítica historiográfica no país ao longo da década de 1990 e no início dos anos 2000 (REIS 2006; 2007) (FICO; POLITO 1992) (DIEHL 1999; 1993a; 1993b) parece ter ficado engessado e se cristalizado em torno daquelas duas rubricas, que ora aparecem como conceitos, ora como objetos, ora como nomeadores de uma época, de um tempo, de uma condição histórica, quando não como delineadores do próprio fazer dos historiadores em nosso país. Ou seja, esses termos aparecem muitas vezes como uma espécie de metadiscorso, como uma metanarrativa fundadora

do próprio fazer historiográfico (CEZAR 2015) (SANTOS 2012). Como se para fazer história no Brasil, seja do objeto, do tema, do problema que fosse, o historiador profissional acadêmico tivesse de pensar, de mencionar este debate, colocado e estabelecido por parte da crítica historiográfica como uma espécie de condição *sine qua non*, como pertinência fundamental de qualquer trabalho ou pesquisa no campo da História, em especial da história da história no Brasil. A coletânea *Domínios da História*, publicada em 1997, parece ser um dos melhores exemplos desse tipo de abordagem e de avaliação do “estado da arte” produzidas no país, à época.

Trata-se de uma coletânea onde se explicitam divisões como História Social/História Cultural, racionalistas/irracionalistas, realistas/nominalistas etc. Estas divisões engessaram, estereotiparam e esterilizaram grande parte do debate que os historiadores travaram sobre o saber histórico produzido no Brasil a partir daquele período. Na verdade, ela marca um recrudescimento da crítica para a hisperespecialização; o que consiste, por um lado, num maior refinamento teórico, metodológico e epistemológico da disciplina, mas, por outro, num profundo afastamento dos historiadores e de sua produção de um público e uma audiência mais amplos, o que, certamente, não impediu a produção de narrativas sobre o passado por outros profissionais e disciplinas que viessem atender às demandas deste público não especializado. Pensando com o que nos diz Albuquerque Jr., tornou-se:

Traço constante na crítica historiográfica brasileira... a tendência a estabelecer maniqueísmos, a resumir a pluralidade do campo historiográfico a uma espécie de jogo dual, onde o leitor é conclamado a tomar partido por um dos lados litigantes...Esta crítica passa a operar com categorias genéricas que englobam autores e obras os mais diferenciados como: pós-modernos, conservadores, historiadores culturais versus realistas, racionalistas, de esquerda historiadores sociais, e estabelece que entre elas existem pretensas dicotomias irreconciliáveis, construindo imagens tão simplificadas do campo considerado opositor, que o que temos ao final é mais desconhecimento produzido do que conhecimento. (ALBUQUERQUE JR., *In*: GUIMARÃES 2006 p. 193-194).

Como afirma esse historiador, foi através da adoção de epítetos como modernos, pós-modernos, realistas ou veristas, narrativistas ou céticos que parte da crítica historiográfica, ao tentar pensar o que fazia ou vinham fazendo os historiadores profissionais acadêmicos no Brasil ao longo dos anos 1980 e 1990, terminou reduzindo a diversidade de posição presentes na produção do período a um amontoado de generalizações e caricaturas, desconsiderando, muitas vezes, a singularidade e a diversidade das “contribuições” para o campo da prática e do pensamento sobre a história no país. Tal modelo de crítica historiográfica adotava a estratégia, muito presente no discurso jurídico e inquisitorial, de homogeneizar seu alvo, de construir através de um conjunto sumário de traços e posições um sujeito oponente, ao qual se deve vencer através da argumentação, do ataque às suas posições, normalmente bastante resumidas e caricaturadas (ALBUQUERQUE JR. 2009, p. 52). Esse tipo de estratégia parece ter ficado evidente no modo como Hayden White vai ser visto e dito por parte dos historiadores de ofício, no Brasil e alhures, e por um de seus principais contendores, Roger Chartier.

Outro aspecto que se constituiu central na crítica historiográfica praticada no período foi que a maioria dos críticos e analistas da produção historiográfica buscava abordar de forma direta e substancial apenas “as contribuições” feitas por aqueles que comungavam da mesma opção teórica e metodológica do crítico em atuação (MALERBA 2006a; 2006b; 2003; 2002; 2000) (RAGO 2000a; 2000b; 1999; 1995; 1993a; 1993b). Nesse sentido, as opções e perspectivas opostas eram geralmente silenciadas ou reduzidas a meras simplificações, quando não estereotipadas e denegadas. É como se só houvesse “contribuição”, inovação à produção do conhecimento histórico dentro do campo teórico e metodológico encampado e defendido pelo crítico da vez. É como se não houvesse nada de pertinente fora de um campo já estabelecido e colocado muitas vezes como o único possível ou o melhor a ser seguido. E ao que me parece, em nosso país, essas contendas parecem remeter ou derivar da invenção histórica dos lugares de moderno e pós-moderno pela crítica historiográfica produzida

no Brasil pós anos 1980, ou melhor, da emergência para o pensamento dessa mesma crítica dos conceitos de moderno e pós-modernos como dispositivos que irão instrumentalizar suas análises e avaliações (SANTOS 2012).

Tal atitude levou boa parte da crítica historiográfica brasileira a fazer também uma análise partidarizada da produção historiográfica feita no Brasil à época. Crítica que, na maioria das vezes, independentemente do lugar teórico a que se filiava, terminava por fazer uma crítica adjetivista e judicativa àqueles a quem julgavam serem seus opositores e contendores, quando não inimigos a serem silenciados em nome de um suposto saber mais justo, mais verdadeiro, mais real, mais científico (ALBUQUERQUE JR. 2009; 2007). Ao analisar esse tipo de crítica historiográfica, o historiador Sérgio Campos Gonçalves afirma:

É autêntica representante da compreensão generalizada que os historiadores têm da questão. De tão disseminada essa compreensão acerca do que é e de quais são os desdobramentos da problemática pós-moderna e da *linguistic turn*, para bem ou para mal, criou-se, entre os historiadores, uma comunidade de sentido em que todos se entendem, na qual percebem e reagem à questão da mesma maneira ou de forma bastante semelhante, como se compartilhassem o mesmo aquário (GONÇALVES 2012, p. 194). [...] ... De tão disseminada essa compreensão acerca do que é e de quais são os desdobramentos da problemática pós-moderna e da *linguistic turn*, para bem ou para mal, criou-se, entre os historiadores, uma comunidade de sentido em que todos se entendem, na qual percebem e reagem à questão da mesma maneira ou de forma bastante semelhante, como se compartilhassem o mesmo aquário; um aquário diferente dos filósofos. Por isso, ainda que talvez os *Ensaíos* de Malerba não despertem o fascínio do filósofo, o livro tem méritos inquestionáveis por oferecer uma proposição original de solução e de enfrentamento que, dentro do aquário do historiador, faz completo sentido e representa uma proposta teórico metodológica plausível. (GONÇALVES 2012, p. 8)

Nesse sentido, os trabalhos de crítica historiográfica com os quais venho discutindo são exemplos de como procedeu a grande maioria dos críticos historiográficos no Brasil, quando buscaram avaliar, analisar e pensar a produção que passavam a nomear como “historiografia brasileira”. O que significou, na maioria das vezes, muito mais um embate por posições intelectuais e de poder dentro da nova configuração da geografia disciplinar da história no Brasil (SANTOS 2018) do que realmente uma discussão para a ampliação do campo de possibilidades práticas e discursivas do fazer historiográfico no país, em especial de sua crítica. Assim, ao longo dos anos 1990, a posição de crítico historiográfico foi, quase sempre, evocada para reagir ou defender uma dada posição no interior da disciplina, buscando reiterar antigas posições políticas e institucionais dentro da instituição de saber que passava a formatar a identidade do historiador profissional acadêmico no Brasil, ou seja, os programas de pós-graduação em história.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O historiador *naïf* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão. *In*: GUIMARÃES, Manoel L. S. (Org.). **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 192-215.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O Caçador de Bruxas: Carlo Ginzburg e a análise historiográfica como inquisição e suspeição do outro. **Saeculum** (UFPB), v. 21, p. 45-63, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11470>. Acesso em: 23 maio 2017.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Mennocchio e Rivière: criminosos da palavra, poetas do silêncio. **Resgate** (UNICAMP), Campinas, v. 2, p. 48-55, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**: Ensaios. Bauru: EDUSC, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Ensaio Racionalistas**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise**: Entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CEZAR, Temístocles. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). **História da Historiografia**, n. 17, p. 440-461, 2015. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/741>. Acesso em: 18 jun. 2018.

CHARTIER, Roger. **Au bord de la falaise. L'histoire entre certitudes et inquiétude**. Paris: Albin Michel, 1998.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios e propostas. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 13, 1994. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1973>. Acesso em: 15 ago 2019.

DIEHL, Astor Antônio. **A matriz da cultura histórica brasileira**: do crescente progresso otimista à crise da razão histórica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993a.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**: década de 1930 aos anos 1970. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1999.

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica nos anos 80**: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira (IV). Porto Alegre: Evangraf, 1993b.

FALCON, Francisco Calazans. **Estudos de Teoria da História e Historiografia**. V. I - Teoria da História. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 2011, 206 p.

FALCON, Francisco Calazans. A identidade do Historiador. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 7-30, 1996.

FALCON, Francisco Calazans. Historiografia Contemporânea: balanço e perspectivas. **Revista da Faculdade de Letras-História**, Porto – Portugal, série II, v. 11, p. 353-376, 1994.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história no Brasil**: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: UFOP, v. 1, 1992.

FRANZINI, Fábio. Mr. White chega aos trópicos: notas sobre Meta-história e a recepção de Hayden White no Brasil. In: BENTIVOGLIO, Julio; TOZZI, Verónica (Orgs.). **Do passado histórico ao passado prático**: 40 anos de Meta-história. Serra: Milfontes, 2017.

GARCHET, Helena Maria Bomeny. Teoria literária e escrita da História de Hyden White. **Revista Estudos Históricos – REH**. Rio de Janeiro, Vol. 07, Nº 13, 1994. pp. 21- 23. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1972>. Acesso em: 18 mar. 2017.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, Sergio Campos. Enfrentamentos epistemológicos: teoria da história e a problemática pós-moderna. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 8, abr., p. 187-196, 2012. Disponível em: Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/267/249>. Acesso em: 8 set. 2017.

MALERBA, Jurandir. **História & Narrativa**: A ciência e a arte da escrita histórica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MALERBA, Jurandir. **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006a, 238 p.

MALERBA, Jurandir. (Org.). **A escrita da história**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006b, p. 7-10.

MALERBA, Jurandir; CARDOSO, Ciro F. (Orgs.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papiрус, 2000, 275 p.

MALERBA, Jurandir. Em Busca de um Conceito de Historiografia - Elementos para uma Discussão. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 17, p. 23-56, 2003.

MALERBA, Jurandir. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. **Textos Históricos**, Brasília, v. 10, n. 1-2, p. 181-214, 2002.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. **Virtudes epistêmicas na historiografia brasileira (1980-1990)**. Tese de Doutorado. UNESP: Assis – SP, 2017.

RAGO, Margareth; GIMENES, Renato A. de O. (Orgs.). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas, SP: UNICAMP, 2000a.

RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a história, viver femininamente o presente. *In*: GUAZZELLI, C.A.B.; PETERSEN, Silvia; SCHIMIDT, Benito B.; XAVIER, C.L. (Orgs.). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000b, p. 41-58.

RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, p. 73-97, 1999.

RAGO, Margareth. O Efeito Foucault Na Historiografia Brasileira. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 3, n. 28, 1995.

RAGO, Margareth. As Marcas da Pantera: Michel Foucault na historiografia brasileira contemporânea. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 121-143, 1993a.

RAGO, Margareth. As Marcas da Pantera: Foucault para historiadores. **Revista Resgate**. Campinas – SP, v. 1, n.5, p. 128-147, 1993b.

RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica**: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. Tese de Doutorado. UNESP: Assis – SP, 2014.

REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

REIS, José Carlos. **Identidades do Brasil**: de Calmon a Bonfim. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. **A invenção da historiografia brasileira profissional, acadêmica: geografia e memória disciplinar, disputas político-institucionais e debates epistemológicos acerca do saber histórico no Brasil (1980-2012)**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, Recife, 2018.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. Invenção da crítica historiográfica brasileira pós década de 1980: um campo de batalhas para modernos e pós-modernos. **Revista de Teoria da História**, Goiás, n. 7, p. 128-155, 2012.

WHITE, Hayden. **Meta-história: A imaginação Histórica do Século XIX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

WHITE, Hayden. Teoria da História e escrita da História. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 13, 1994.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Wagner Geminiano dos Santos

wagnerbarauna@yahoo.com.br

Professor de História das Redes Municipais de Ensino de Água Preta e São José da Coroa Grande – PE.

São José da Coroa Grande

Pernambuco

Brasil

RECEBIMENTO: 20/FEV./2019 | APROVAÇÃO: 27/JUN./2019